

**RELATOS DE FORÇA E RESISTÊNCIA DE CAMPONESAS DE
ASSENTAMENTOS DO MST NA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

**REPORTS OF STRENGTH AND RESISTANCE OF PEASANT WOMEN FROM
MST SETTLEMENTS IN THE VALE DO SÃO FRANCISCO REGION**

**INFORMA SOBRE FORTALEZA Y RESISTENCIA DE MUJERES CAMPESINAS
DE LOS SENTAMIENTOS DEL MST EN LA REGIÓN DEL VALE DO SÃO
FRANCISCO**

João Aparecido Souto Alves de Medeiros¹

João Alves do Nascimento Júnior²

Braz José do Nascimento Júnior³

Kedma de Magalhães Lima⁴

DOI: 10.5281/zenodo.14760994

RESUMO

É necessário examinar a extensão e a dinâmica rural como ferramentas de transformação social nos assentamentos do campo, caso se almeje avançar nas reflexões sobre o campesinato e a luta perene pela terra. Este estudo lança o olhar sobre os assentamentos do Vale do São Francisco, destacando o papel do empoderamento feminino como força motriz de resistência e de mudança social. Propõe-se, como objetivo primordial, investigar a experiência singular do assentamento rural Água Viva, situado em Petrolina, Pernambuco, analisando os métodos adotados pelos assentados para incrementar a produção agrícola, com foco nos princípios da agroecologia e na sustentabilidade do uso da terra. Busca-se, ainda, desenvolver as ações socioeconômicas empreendidas por essa comunidade, ações são externas à construção de uma sociedade mais equitativa.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Prática Extensionista; Assentamento do Vale do São Francisco.

ABSTRACT

It is necessary to examine rural extension and dynamics as tools for social transformation in rural settlements, if we hope to advance reflections on the peasantry and the perennial struggle for land. This study takes a look at the settlements in the São Francisco Valley, highlighting

¹ Mestrando em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Espaço Plural, Pronera. E-mail do autor correspondente: agromedeiros@hotmail.com.

² Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: jalves.jr@univasf.edu.br.

³ Doutor em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: braz.jose@univasf.edu.br.

⁴ Doutora em Medicina Tropical pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Programa de Mestrado profissional em Extensão Rural a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Líder do Grupo de Pesquisa em Processos Infectocontagiosos e Cuidados Intensivos – GPPICI. E-mail: kedma.magalhaes@univasf.edu.br.

the role of female empowerment as a driving force for resistance and social change. The primary objective is to investigate the unique experience of the Água Viva rural settlement, located in Petrolina, Pernambuco, analyzing the methods adopted by the settlers to increase agricultural production, focusing on the principles of agroecology and the sustainability of land use. It also seeks to develop the socioeconomic actions undertaken by this community, actions that are external to the construction of a more equitable society.

Keywords: Rural Settlements; Extensionist Practice; Vale do São Francisco Settlement

RESUMEN

Es necesario examinar la extensión y la dinámica rural como herramientas para la transformación social en los asentamientos rurales, si esperamos avanzar en reflexiones sobre el campesinado y la lucha perenne por la tierra. Este estudio analiza los asentamientos en el Valle de São Francisco, destacando el papel del empoderamiento femenino como fuerza impulsora de la resistencia y el cambio social. El objetivo principal es investigar la experiencia única del asentamiento rural Água Viva, ubicado en Petrolina, Pernambuco, analizando los métodos adoptados por los colonos para aumentar la producción agrícola, centrándose en los principios de la agroecología y la sostenibilidad del uso de la tierra. También busca desarrollar las acciones socioeconómicas que emprende esta comunidad, acciones que son externas a la construcción de una sociedad más equitativa.

Palabras clave: Asentamientos Rurales; Práctica Extensionista; Asentamiento del Vale do São Francisco.

INTRODUÇÃO

Este estudo visa aprofundar a discussão sobre questões relacionadas às lutas pela reforma agrária na região do Vale do São Francisco, especialmente em Petrolina-PE. Abordam-se os diferentes modos de produção no meio rural e a relevância dos assentamentos rurais como ferramentas que favorecem a permanência da mulher no campo. Além disso, a vivência nos assentamentos oferece uma experiência prática que enriquece a compreensão das teorias e conceitos relacionados ao contexto rural.

As lutas no campo não são um fenômeno novo; os movimentos sociais voltados para essa realidade vêm de longa data, exigindo melhorias nas condições de vida e o direito à terra. A resistência contra os proprietários de terra, a concentração de riquezas e a perpetuação do sistema capitalista é clara. Ao longo da história das lutas no campo, é possível notar a documentação e as cicatrizes deixadas pela violência, que ressaltam as profundas desigualdades que caracterizam esse contexto de luta e repressão enfrentada pelos agricultores e agricultoras familiares sem terra.

Nesse cenário, é essencial enfatizar o componente de extensão rural presente nos assentamentos, exemplificado pelo Assentamento Água Viva, em colaboração com o IF Sertão de Petrolina, como ferramentas de empoderamento das mulheres do campo. Esse local se destaca por viabilizar atividades coletivas que visam fortalecer e organizar sua comunidade.

Ademais, o Plano de Assentamento (PA) Água Viva adota uma política interna inovadora, não se limitando a interesses locais, mas assumindo um papel relevante na sociedade ao promover a produção e contribuir para a segurança alimentar da região por meio de produtos agroecológicos. Com isso, auxilia na melhoria da qualidade de vida das pessoas que buscam uma alimentação mais saudável.

A estrutura do trabalho foi organizada da seguinte forma:

Na primeira fase, realizamos uma análise histórica dos conflitos no campo, com ênfase nas lutas históricas dos trabalhadores rurais na região do Médio São Francisco e suas reivindicações por uso e ocupação da terra. Essa seção também evidencia a violência rural e as desigualdades sociais presentes, onde o acúmulo de capital favorece as classes dominantes. Após definir o conceito de assentamento e sua operacionalidade, destacamos as políticas públicas que apoiam o fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra.

Em seguida, relatamos uma experiência prática em um assentamento da região do Vale do São Francisco, localizado no município de Petrolina-PE, e suas transformações no campesinato através da produção agroecológica e iniciativas coletivas voltadas para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade.

Este estudo tem como objetivo examinar a experiência do assentamento rural Água Viva, localizado em Petrolina, PE, com foco nos métodos empregados pelos assentados para contribuições à produção agrícola, priorizando práticas agroecológicas e o manejo sustentável da terra. Pretende-se, ainda, evidenciar como as iniciativas socioeconômicas da comunidade promovem a coesão social, o desenvolvimento sustentável e a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

REGISTRO DOS CONFLITOS RURAIS

No Brasil, os conflitos por terras têm origem na concentração fundiária iniciada no século XVI, agravada na década de 1950 com a expansão de grandes propriedades e a remoção de pequenos agricultores. A Lei de Terras de 1850 consolidou essa concentração e legalizou a prática da grilagem, criando bases para desigualdades sociais e territoriais que

ainda persistem. Esses conflitos frequentemente envolvem ocupações de terras, despejos forçados, confrontos violentos e, em casos extremos, homicídios, geralmente ligados a interesses econômicos, como a expansão agrícola e a exploração de recursos naturais. Nesse cenário, surgiram as ligas camponesas como resistência à expropriação, fortalecendo o debate sobre a reforma agrária, apontada como solução para o problema fundiário no país (Rocha; Cabral, 2016).

Em 2023, foram registrados 2.203 conflitos no meio rural, o maior número desde o início do monitoramento pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1985. Destes, 78% (1.724 ocorrências) tiveram como principal causa disputas por posse ou domínio de terras. Os povos indígenas foram os mais atingidos, representando 28% dos casos de conflitos territoriais. Esses dados destacam não apenas a alta frequência dos confrontos, mas também a gravidade da violência e das violações sofridas por comunidades historicamente vulneráveis (Comissão Pastoral da Terra, 2023, p. 10).

A Amazônia Legal foi a região mais afetada, concentrando mais da metade dos conflitos por terras no país, seguida pelo Nordeste e Centro-Oeste.

[...] O latifúndio se incrusta no poder de maneira perene na nossa história. É impressionante como os representantes do setor ruralista simplesmente são uníssomos em afirmar que não sabem por que a reforma agrária não foi feita no Brasil, embora tenham se articulado durante anos para efetivamente barrá-la... Falam como se não tivessem feito nada contra ela; só defenderam os sagrados direitos da propriedade (Casaldáliga, 1985).

A classe trabalhadora rural, tanto no Brasil quanto globalmente, persiste em sua organização em torno da reivindicação da terra para fins sociais. Atualmente, podemos afirmar que os movimentos sociais engajados na luta pela terra e pela Reforma Agrária representam o que há de mais atual no Brasil (Oliveira, 2003, p. 242).

O surgimento de várias novas frentes de luta pela terra, além do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e dos seringueiros, aumentou a pressão no campo, especialmente a partir de 1995. Como afirmado por Oliveira (2003, p. 243), "isto precisa ser compreendido pelos intelectuais, pelos governantes, pelas elites e pela mídia", mostra que há uma mobilização social no campo maior que o MST.

No entanto, as famílias que foram acampadas e assentadas como parte de sua estratégia política ainda são representadas pelo MST. O MST continua sendo um interlocutor do governo "Lula" e, por meio de sua ferramenta política mais poderosa, a ocupação de terras,

desafia o Estado.

Além disso, a ideia de uma organização social que parte das necessidades materiais e da falta de opções tanto na cidade quanto no campo para os trabalhadores sem terra nesses movimentos.

A Via Campesina, um movimento global que organiza mulheres, comunidades indígenas e trabalhadores rurais em todo o mundo, exemplifica as consequências do desemprego estrutural (La Via Campesina, 2018). Na região do Vale do São Francisco, a posse da terra, conflitos e divergências, além da inclusão precária, levam muitos agricultores à exclusão social e segregação espacial nas periferias urbanas.

Esses fatores impulsionam e expandem diariamente as fileiras dos movimentos sociais no campo. As razões fundamentais que levam os agricultores a se mobilizarem são as contradições inerentes ao capitalismo, reveladas na expropriação, exploração e submissão da força de trabalho.

No caso específico dos trabalhadores sem terra, o trabalho se torna inseguro devido aos processos de expropriação e exploração. Assim, o trabalho dirigido pela produção capitalista é uma mercadoria precária, consequência da acumulação dessa mercadoria chamada trabalho.

Como afirma Marx (2001, p. 55): "A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza." Com o trabalho sendo usado como valor-de-troca, ele também se enquadra nessa lógica mercadológica.

Como resultado, é necessário superar a noção de que o capitalismo é uma "condição natural da humanidade, que se harmoniza com as leis da natureza e as inclinações humanas fundamentais" (Wood, 2001, p. 21).

Os movimentos sociais do campo, como o MST, são resultado de consequências históricas que desarticulam estruturas sociais e espaciais construídas pelo latifúndio. Isso indica que o suposto "desvio" das leis naturais do sistema é, em vez de negativo, um fator de esperança.

O Estado brasileiro, por meio de suas instâncias de representação, nunca forneceu uma solução viável para promover a Reforma Agrária. Como afirma Oliveira (1996, p. 54): "A posição do Estado tem sido a desarticulação desses movimentos." O Estado atua para conter seus avanços, seja por meio de medidas de força ou ignorância total dos eventos.

Com base nesses pressupostos, iniciamos a discussão sobre a mobilização social no campo, visando atender às necessidades e demandas claras, emergenciais e potenciais dos trabalhadores sem terra, construindo espaços para lutar por suas identidades.

Portanto, entendemos que os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e Reforma Agrária (MOSLUTRA) representam espaços políticos que visam mudar a organização territorial da sociedade baseada em lógica excludente.

Vale lembrar que esses movimentos são divididos em duas frações: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), cada uma com suas próprias propostas de reforma agrícola. É razoável chamá-los de MOSLUTRA.

A propriedade da terra, conflitos e questões de conflito na região do Vale do São Francisco são centrais para esses movimentos. As trabalhadoras sem terra são hoje atores sociais que deixam impressões significativas no território do poder latifúndio, mudando constantemente sua dinâmica e criando novas ocupações, campos, instituições rurais, entre outros, nascidos da luta.

Essa verdade demonstra como os defensores da terra lutam contra as formas espaciais da sociedade capitalista e, em particular, contra o destino de exclusão e miséria dos "desenraizados do mundo rural".

"A luta dos defensores da terra evidencia resistência às formas espaciais da sociedade capitalista, notadamente contra o destino de exclusão e miséria dos 'desenraizados do mundo rural'." (Martins, 2000, p. 16)

Devido ao fato de terem sido incluídos nas funções residuais e subalternas de um sistema econômico que parece não ter como funcionar sem injustiças, eles são injustamente chamados de "excluídos".

Nossa análise se concentra nas trabalhadoras sem terra que atuam sob uma campanha pela conquista dos latifúndios e na visão da reforma agrária no Vale do São Francisco. Isso deverá identificar os vários grupos sociais organizados que formam a base de vários movimentos sociais na região.

Dentre os 8 municípios que compõem a região do Vale do São Francisco, apenas Santa Maria da Boa Vista ocupa o segundo lugar em número de assentamentos do Nordeste (SORIANO, Rafael, 2017). Nessa região, aproximadamente 5.000 famílias estão envolvidas em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores do Estado de Pernambuco (FETAPE), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os Quilombolas.

A recriação da Regional do Incra no Médio São Francisco marcou um importante avanço no enfrentamento da vulnerabilidade social na região. Em 2024, foram cadastradas 1.805 famílias acampadas em Petrolândia, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista para integrarem o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A distribuição das famílias cadastradas foi a seguinte: Petrolândia, com 504 famílias nos acampamentos Canaã, Bela Vista, Dom Helder, Gregório Bezerra e Vitória; Petrolina, com 769 famílias nos acampamentos Embrapa, Caraíbas e José Arnaldo; e Santa Maria da Boa Vista, com 532 famílias na comunidade Nova Boa Vista (INCRA, 2024).

Além disso, o INCRA informou que, desde 1975, foram assentadas 12.246 famílias em 98 municípios, ocupando 295.420,94 hectares em 345 projetos de assentamentos (INCRA, 2023). Esses números demonstram o compromisso do governo em promover a reforma agrária e melhorar a qualidade de vida das famílias rurais. A continuidade desses esforços é fundamental para garantir a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos.

METODOLOGIA

Para apresentar o projeto desta pesquisa, foram iniciados contatos com os líderes do MST nos estados da Bahia e Pernambuco. Eles propuseram que a pesquisa fosse realizada em dois assentamentos: um no município de Sobradinho (BA) e outro no município de Petrolina (PE).

Eles acreditam que esses assentamentos diferem da maioria dos outros neste estado, devido às suas experiências organizacionais.

Para a pesquisa, duas visitas foram feitas ao assentamento. O primeiro objetivo foi conhecer o assentamento e seus residentes. A segunda visita durou dois dias e teve como objetivo acompanhar a vida cotidiana dos assentados por meio de observações sistemáticas e entrevistas.

Segundo Gil (2002, p. 55), a observação sistemática envolve interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. Esse estágio da pesquisa pode ocorrer em ambientes informais, nos quais o pesquisador participa como observador e interlocutor, discutindo o que aconteceu durante o expediente, nas refeições e nas atividades de lazer.

Durante esses momentos, foi possível identificar posturas, preferências, emoções, ações individuais e coletivas, participando de conversas sobre diversos temas, com o intuito de destacar as experiências únicas e compartilhadas. Todas as informações obtidas no dia a dia, por meio das observações e conversas, foram registradas no diário de campo.

As visitas ao assentamento proporcionaram ao pesquisador uma vivência direta das dinâmicas sociais, econômicas e culturais do local, permitindo observar aspectos como organização comunitária, práticas agrícolas, desafios enfrentados e relações de solidariedade. A abordagem focou em temas como a transição do acampamento ao assentamento, o cotidiano das famílias e o impacto da extensão rural no desenvolvimento do território. Essa imersão revelou o protagonismo dos assentados na construção de suas trajetórias e ofereceu uma compreensão mais profunda e sensível das experiências vividas, enriquecendo a análise e o entendimento sobre a realidade do assentamento.

A análise das informações coletadas foi realizada por meio da análise de conteúdo, com categorização realizada posteriormente, com base nos objetivos da pesquisa. Estes objetivos incluíam: investigar a rotina em um assentamento "coletivo" do MST, compreender os significados do singular e do organizativo neste assentamento e examinar as contribuições da sociologia rural em assentamentos de reforma agrária do MST.

O processo de análise foi embasado no olhar teórico que sustenta a pesquisa, abordando as transformações no campo e a sócio-história, com base no materialismo histórico e na dialética.

As categorias identificadas a partir da análise foram as seguintes: A experiência de observar um camponês de perto; Breve narrativa sobre a vivência de organização no assentamento investigado.

Com o intuito de promover um debate entre as categorias, este estudo aborda reflexões sobre a vivência da organicidade no assentamento pesquisado e as dificuldades ético-políticas enfrentadas pelos indivíduos no processo de exclusão/inclusão.

É perceptível que essas reflexões atravessam as categorias analisadas sob a perspectiva da sociologia rural e suas transformações na história social.

RESULTADOS

A experiência de observar um camponês de perto

A experiência de observar de perto um camponês. O contato com o cotidiano social das famílias camponesas representou um aprendizado formativo, não só para os acadêmicos, mas também para os professores do IF Sertão. Convencidos de sua veracidade, sentiram a necessidade e o desafio de repensar conceitos tradicionais, além de ampliar a interação e, práticas profissionais da atuação extensionista rural, para diferentes espaços e contextos.

A avaliação de valores, o respeito às diferenças culturais e saberes, e o aprendizado na e com a diversidade destacaram-se como grandes experiências para os profissionais da área, exigindo uma mudança na forma de pensar e agir, tanto na experiência quanto na prática.

Como mediador do protagonismo social das lutas rurais junto às famílias camponesas, o MST ocupa um papel privilegiado e, ao mesmo tempo, complexo, graças ao contato direto com diversos sujeitos sociais.

As diferenças culturais, os conflitos de valores e a incerteza em relação ao novo permitiram uma reavaliação de conhecimentos e valores antes considerados verdadeiros e inquestionáveis. Isso também possibilitou o contato e diálogo com a realidade concreta de sujeitos em situações vulneráveis.

A experiência de vida nos levou a pensar criticamente, tomar decisões e ser cidadãos ativos. Entendemos que a arte de aprender e ensinar é feita com postura sensível, atenta, acolhedora e ética, apresentando-se como pessoa de referência tanto nos saberes técnico-científicos quanto nos relacionados à solidariedade.

Essa experiência demonstra que os camponeses empreendedores buscam mudanças e provocar transformações, mesmo em situações menos favoráveis. Além disso, realizam estudos e avaliações sobre novas propostas e ideias.

Breve narrativa sobre a vivência de organização no assentamento investigado

O MST considera o assentamento analisado como "o mais complexo", pois a utilização da terra, a gestão do trabalho, a tomada de decisões e o capital são todos coletivos. A condição agrícola desfavorável e a escassez de terra disponível para as 190 famílias foram as razões pelas quais optaram por esse modelo de organização. Os moradores viram na organização coletiva uma estratégia para superar esses obstáculos e otimizar o uso da terra, apesar de estarem localizados em uma área quase inviável para a construção de um assentamento.

No assentamento, a organização coletiva está centrada no trabalho, seja na agricultura, no refeitório (onde as pessoas fazem as refeições juntas) ou nas atividades de associação e religião. As três áreas do assentamento são administrativas, sociais e de produção. A equipe trabalha em diferentes coordenações, o que permite que cada trabalhador tenha autonomia para resolver as atividades diárias. O setor analisa a situação e encaminha a decisão para a liderança quando uma decisão envolve todo o grupo. O coletivo se organiza e trabalha simultaneamente dessa forma.

Disciplina, organização e planejamento são essenciais para alcançar seus objetivos. Cada setor e cada membro têm tarefas definidas pela coordenadora. A função é de "determinação indeterminada", permitindo a criatividade individual. Assim, o indivíduo comum, definido pela função, colabora com os outros em direção aos objetivos, na totalização dessas práticas. Portanto, o grupo depende da participação de cada membro, e, por sua vez, cada um depende do todo, evidenciando a interdependência do grupo na realização dos objetivos coletivos.

Quanto ao pagamento, ele é baseado no tempo de trabalho de cada assentado. Ao final de cada dia, as horas trabalhadas são registradas em um controle, que, ao final do mês, determina a quantidade de trabalho de cada um e o valor a ser recebido. As despesas coletivas, como alimentação, energia elétrica e telefone, são divididas entre os assentados e descontadas. Periodicamente, é feito um balanço da situação de cada assentado e do coletivo, que é exposto pela associação.

Um projeto que se destaca é um esforço destinado a fornecer aos pequenos agricultores assentados assistência técnica e pesquisa de solos de forma gratuita, fortalecendo as parcerias existentes entre o Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE) e o assentamento da Reforma Agrária, como ilustrado na Figura 1. Os membros da equipe têm uma distribuição equitativa de tarefas, com a maioria dos membros ocupando funções importantes no grupo. Cada um depende do outro, seguindo o princípio da autogestão, que permite a organização e o planejamento coletivo, “afirma que um grupo só pode ser considerado um grupo se basear em autocrítica, autodeterminação e autogestão. Assim, a autogestão significa trabalhar juntos e se comprometer, valorizando os interesses do coletivo sem sacrificar a identidade individual. O grupo, portanto, tem como premissa lutar incessantemente contra a dispersão” (Lapassade 1983, p. 229).

"Assim, os ganhos de uma comunidade organizada são importantes para todos, e a vontade compartilhada é mais forte do que o esforço individual, sendo a coletividade resultado do acordo mútuo e não de um pacto ou contrato" (Sawaia, 2002b, p. 116).

Figura 1 - Organização da produção e comercialização destinadas ao Programa de Aquisição de Alimentos.



Fonte: Acervo pessoal.

A organização coletiva proporciona flexibilidade nas relações diárias, pois a interdependência entre os membros auxilia na resolução de dificuldades individuais. Fazer parte do coletivo gera um engajamento além das responsabilidades, criando compromisso e autonomia, permitindo tempo para atividades pessoais.

Quando o coletivo respeita as diferenças, racionaliza o trabalho sem homogeneizar particularidades, garantindo um ambiente de respeito mútuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação analisou o impacto de longos períodos de vida em condições difíceis em acampamentos. A partir daí, iniciou-se um processo de adaptação à vida comunitária e organização em grupo. O objetivo era adquirir um terreno e estabelecer uma sociedade cooperativa.

No entanto, adaptar-se a uma nova visão social que prioriza relações interpessoais é desafiador, especialmente quando influenciados por valores liberais que enfatizam individualismo, competição, busca por riqueza e exploração.

Esses indivíduos são afetados ao vivenciar uma nova forma de planejamento de vida,

onde produção e trabalho se entrelaçam. Surge uma nova objetivação, que se torna um antídoto contra a objetivação original. É possível considerar a formação de um novo sujeito por meio de um processo dialético de vivência, reflexão e afetação pelas próprias experiências, criando novas formas de existir e sentir.

O objetivo dos assentados é criar um mundo melhor para todos, onde todos tenham seus direitos garantidos, suas necessidades atendidas e espaço para trabalhar e criar suas famílias. Isso foi para implementar reformas.

A luta pela terra é uma luta por uma nova forma de viver e de ser, que constitui a base da sua vontade emocional. A conquista da terra tem um novo significado e importância aos grupos e à própria terra.

O individualismo não pode coexistir com sua propriedade coletiva e função social. Ao longo do tempo, as rivalidades são substituídas por solidariedade, compromisso com o grupo, autonomia e colaboração.

Neste assentamento, as relações sociais de produção têm como característica principal a cooperação, fundamental para a manutenção da vida de todos. Os relacionamentos do grupo com os sujeitos são interdependentes; então, cada um entende a importância do outro para o coletivo e suas necessidades pessoais.

As relações de cooperação e solidariedade foram construídas ao longo da história do indivíduo assentado e do coletivo dentro do assentamento. Isso demonstrou que singularidades são aceitáveis no assentamento, em vez do individualismo.

Quando as facetas distintas de cada assunto são consideradas, a relação eu-outro é considerada essencial para a própria existência, permitindo mudanças. Os assentados construíram sua base econômica por meio do modo de produção coletiva, produzindo riquezas distribuídas igualmente entre todos, sem interesse de acumulação.

O relacionamento dos sujeitos com o processo de produção é a base desta ideia. Como resultado deste processo, a dimensão subjetiva e as condições objetivas mudaram, permitindo a criação de relações de colaboração e solidariedade no coletivo.

O aspecto ético do assentamento também evoluiu ao longo do tempo, especialmente em relação ao meio urbano, onde preconceitos e discriminações foram superados em busca de cidadania. A sociologia rural pode ajudar a resolver questões políticas e morais em acampamentos e assentamentos. Há possibilidade de construir novos espaços comunitários onde igualdade social e respeito pelas diferenças prevaleçam, organizando relações sociais de produção de maneira que se aproxima dos valores coletivos e se afasta do individualismo.

A sociologia rural pode ajudar a superar o sofrimento ético-político, abordando situações cotidianas, formas de organização e relações entre indivíduos e organizações.

Como resultado deste estudo, a sociologia rural, como instrumento social que estuda o campesinato, deve se aproximar das populações rurais, principais fontes das transformações no campo. Além disso, famílias e outras organizações camponesas estão interessadas em ajudar esse grupo.

A partir da experiência de coletivização no assentamento estudado, os elementos sociais foram (re)pensados para entender a constituição dos sujeitos, os processos de exclusão e inclusão, as mudanças no mundo contemporâneo e as possibilidades de formas de vida mais organizativas e solidárias para as populações do campo.

REFERÊNCIAS

CASALDÁLIGA, D. Pedro. **A Igreja dos Oprimidos**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 123.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo - Brasil 2023**. 38. ed. Brasília: CPT, 2023.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 33.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 55.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Incra no Médio São Francisco encerra 2024 com 1,8 mil famílias acampadas cadastradas**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/incra-no-medio-sao-francisco-encerra-2024-com-1-8-mil-familias-acampadas-cadastradas>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LA VIA CAMPESINA. **Sítio da rede de movimentos sociais**. Disponível em: <https://viacampesina.org>. Acesso em: maio de 2018.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983. p. 229.

MARX, Karl. **O capital**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 2001. p. 55.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 16.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Martins. **A pesquisa participante e a educação**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 54.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Martins. **A pesquisa participante e a educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 242-243.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. Aspectos Históricos da Questão Agrária No Brasil. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/NURBA**, v. 2, n. 1, 2016, p. 75-86.

SAWAIA, Bader. **O trabalhador sem terra e a luta pela terra**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002b. p. 116.

SORIANO, Rafael. **Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, recebe I Feira da Reforma Agrária. MST, 26 out. 2017**. Disponível em: (<https://mst.org.br/2017/10/26/santa-maria-da-boja-vista-em-pernambuco-recebe-i-feira-da-reforma-agraria/>). Acesso em: 20 ago. 2024.

WOOD, Ellen Meiksins. **Origens do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 21.

Recebido em: 17 de outubro de 2024.

Aceito em: 10 de dezembro de 2024.